

# CARTILHAS DE ALFABETIZAÇÃO E A REGIONALIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO<sup>1</sup>

*João Batista Araújo e Oliveira*

A idéia de regionalização do livro didático não é recente, e sua discussão se dá em variados contextos. Em alguns casos, como no discurso e nos pareceres do Conselho Federal de Educação (CFE), ela tem a ver sobretudo com a adaptação dos currículos às variações regionais. Noutros contextos, a questão é abordada quer a partir de um ângulo ideológico (a dominação do centro-sul sobre os demais estados), psico-sociológico (o universo vocabular conhecido como ponto de partida para a conscientização), lingüístico, sócio-lingüístico, psico-lingüístico (a questão do dialeto padrão, os linguajares locais, etc.), ou mesmo como exigência de participação dos usuários no processo de elaboração de materiais didáticos.

Mais recentemente, houve dois fatores que possibilitaram uma ação mais concreta do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no sentido de sair do discurso e entrar na prática. São idéias, sem dúvidas, que fazem parte de um movimento maior de descentralização que, esparsa e espasmodicamente, ocorre a nível das políticas centrais e, embora não consigam se firmar como típicos da orientação normativa do governo, logram obter, aqui e ali, algumas manifestações concretas.

A cartilha regional começou a tornar-se mais viável com a criação de um programa de apoio à área rural, a nível do Ministério, a partir do qual foram delineados recursos para dez experiências regionais, algumas já iniciadas por conta própria, em alguns Estados, antes de 1980. Paralelamente ocorriam, no mesmo Ministério, algumas diretrizes de descentralização, uma das quais propunha a maior participação dos Estados na política do livro didático.

Em rápida síntese, o projeto consistia em fornecer apoio financeiro e técnico para que equipes montadas ao redor das Secretarias Estaduais de Educação, com assistência técnica local ou externa, desenvolvessem cartilhas voltadas para as "peculiaridades regionais". Os dez Estados selecionados foram do Nordeste, e a idéia era a de desenvolver cartilhas para uso das zonas rurais. Como integrante da filosofia do projeto constavam as idéias de participação do pessoal local, pesquisa participativa, envolvimento do parque gráfico local e livre escolha de consultores externos. Alguns Estados se propunham a desenvolver mais de uma cartilha. O projeto era gerenciado centralmente pelo MEC, através de uma assessoria técnica que acabou por assistir também tecnicamente à

maioria dos projetos; alguns contaram com assessores de outros Estados, quase sempre oriundos de Universidades. Os resultados concretos desse trabalho foram a elaboração de Cartilhas de Alfabetização na maioria dos Estados participantes do projeto. Em alguns casos, foram produzidos ainda manuais de orientação para o professor. São possíveis resultados importantes o próprio processo de elaboração dessas cartilhas, que implicou na participação e capacitação de equipes locais, criação e desenvolvimento de tecnologias de confecção desses materiais, participação das comunidades interessadas, pesquisa prévia para identificação do universo vocabular e, conseqüentemente, reflexão da realidade local sobre os produtos.<sup>2</sup>

Essa idéia de regionalização permite uma análise muito elucidativa de alguns problemas ligados à política do livro didático. A especificidade da "cartilha" dentro do panorama dos livros didáticos, em geral, confere uma tonalidade particular ao problema. No entanto, as características do processo e os temas que ela suscita podem alcançar um nível de generalidade que supera os aspectos técnicos peculiares à "cartilha".

Primeiro, surge a discussão do que é uma cartilha, e de qual cartilha deve ser a indicada para as populações rurais de um mesmo Estado (já que o contexto previamente definido é o da regionalização a nível estadual). Não se trata de uma discussão trivial, uma vez que, em se considerando a realidade educacional do ensino no país, particularmente a das zonas rurais, a cartilha é, na grande maioria dos casos, o primeiro livro que chega às mãos da criança.

<sup>1</sup> O tema das cartilhas regionais deverá ser aprofundado através de pesquisa sobre este assunto financiada pelo INEP - INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, e realizada pela professora YARA ESPÓSITO, da Fundação Carlos Chagas.

<sup>2</sup> No contexto de uma pesquisa sobre a política do livro didático, coordenada pelo autor deste artigo, foi realizada uma mesa redonda, que teve lugar na PUC do Rio de Janeiro, no dia 16/04/82. Dela participaram, como convidados, diversos pesquisadores e professores universitários interessados na questão. Parte das idéias aqui discutidas representam opiniões de membros ali presentes, tais como interpretadas, adotadas ou retificadas pelo autor. Uma transcrição das fitas desse debate pode ser encontrada no INEP - INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, do MEC.

Uma análise ainda que superficial das cartilhas produzidas<sup>3</sup> rapidamente sugere que, do ponto de vista técnico, embora as variações sejam bastante acentuadas (números de páginas, número e variedade de exercícios, legibilidade, abordagem pedagógica ou psicolingüística), apenas com uma exceção as demais cartilhas já iniciam o aprendiz nas palavras ou letras, sem preconizar, sugerir ou instrumentar nenhuma atividade preliminar, seja a nível de diagnósticos, seja a nível de estabelecimento de pré-condições.

Uma cartilha é uma cartilha, uma cartilha... mas sem dúvida que mais uma vez aparece claro que a abordagem regional não faz senão copiar o que há de bom ou que há de mau nas cartilhas que se critica como refletindo a dominação do eixo Rio-São Paulo, onde parcelas da classe média têm acesso ao pré-escolar.

Se as causas desses resultados se devem à inexperiência dos grupos, à falta de recursos suficientes, à falta de evidência empírica, etc., são fatores que não retiram, de nenhum modo, a validade das observações acima.

Segundo, cabe entender o que seja uma cartilha adaptada e, mais complicado, adaptada ao contexto regional. Aqui temos, de saída, duas coerções fixas: a cartilha deve ser adaptada aos alunos de zona rural, ou de escolas rurais; e o contexto é delimitado pela fronteira geo-política de um Estado.

Se não aceitarmos essas duas definições como definidoras da realidade, poderíamos argüir que a unidade de análise "aluno da zona rural" é muito ampla.

Indo mais além no questionamento, é preciso entender qual é a especificidade da zona rural, em termos de capacidade de aprender a ler, mesmo quando se aceite que aprender a ler seja mais do que o deciframento de códigos. O que é que tornaria o processo de aprender a ler na zona rural diferente da zona urbana? A matéria pode ser vista de diversos ângulos, ou melhor, ela precisa ser vista de vários ângulos, para merecer um tratamento satisfatório.

Do ponto de vista psicológico, há que se considerar aspectos relacionados com o desenvolvimento adequado das estruturas cognitivas e das pré-condições de manipulação intelectual dos símbolos e conteúdos que serão necessários para a aprendizagem dos códigos da leitura e escrita. A variabilidade desse desenvolvimento é muito grande, e há estudos de Piaget e seus colaboradores que demonstram que, embora as seqüências de aquisição dessas estruturas e capacidades seja universal, pode haver diferenças de até dois anos e mais em crianças de países e culturas diferentes. Isso sem falar, naturalmente, nas diferenças entre crianças de um mesmo "país".

Estritamente ligado ao problema do desenvolvimento cognitivo — sem o qual não há verdadeiro domínio da alfabetização — estão algumas questões oriundas do campo da psicolingüística. As diferentes correntes psicolingüísticas dão origem a diversas abordagens ou "métodos" de alfabetização, e ainda são precários os estudos empíricos capazes de assegurar a eficiência inequívoca de um método sobre outro. Iguamente escassa, em nosso país, é a determinação de quais seriam as interações e combinações mais eficazes entre determinados estímulos cognitivos (do aluno) e certas abordagens psicolingüísticas para o domínio da leitura e da escrita. Embora

o conhecimento seja precário, os resultados absolutamente caóticos dos processos de alfabetização denunciam com veemência que deve haver algo de errado com essas abordagens, seja porque não são adequadas ou suficientes, seja porque dentro de uma mesma sala de aula a variabilidade dos aprendizes requer um maior número de alternativas. O que não se pode admitir é que 50% dos brasileiros que freqüentam as escolas estejam errados!

Além das questões propriamente "técnicas", ligadas à psicolingüística e aos métodos psico-pedagógicos a elas relacionados, está a questão da própria língua a aprender. Se não há muita discussão quanto à língua padrão como alvo da aprendizagem, é grande a controvérsia a respeito de como chegar lá: se se parte do local para o universal; se se reforça o regional, ou se ele deve ser contraposto ao "nacional"; se o "nacional" é realmente "nacional", ou apenas "imposição dos grupos dominantes"; se o padrão deve limitar-se simplesmente à linguagem escrita, aos modos de grafar e falar, ou também capacitar a criança ao domínio da língua padrão ao lado da sua linguagem "regional" ou "local". Essa discussão conduz ao problema da motivação, ou seja, da medida em que palavras retiradas do contexto local, onde são verificadas como tendo grande incidência, permitiriam melhor leitura não só do código da linguagem, mas do código social.

A questão do vocabulário regional, das palavras-chave com "cor local" leva de volta à questão do "âmbito" regional. Antonio Houaiss<sup>4</sup>, entre outros, afirma que insistir no diferente pode não ser uma estratégia sábia, quando a língua possui 2, 3 até 4 mil palavras de uso corrente, simples, com significados comuns à maioria dos aprendizes. Além disso, diz ele, nada impede que no processo de alfabetização se ensinem as diferentes pronúncias, caracterizando e valorizando o regional, sem deixar de ensinar o "universal".

Finalmente, dentro desse mesmo tema, ainda ficou sem discussão o conceito de região. Certamente que um Estado da Federação não caracteriza necessariamente uma cultura, e talvez fosse mais apropriado falar em universo vocabular e sócio-econômico, que poderia se aplicar a "diferenças entre sub-regiões derivadas de localização geográfica (por exemplo: litoral versus pampa, ou sertão, ou planalto, etc.) e derivadas da atividade econômica predominante (agricultura versus indústria e comércio) e localização urbana versus rural"<sup>5</sup>.

Para concluir essa linha de indagações, que, sem resolver as questões que levanta, suscita profundas dúvidas a respeito da viabilidade de um programa de regionalização de confecção de cartilhas, é forçoso concordar com Schmidt: "o conteúdo da cartilha única para um

<sup>3</sup> No contexto do projeto de Regionalização das Cartilhas, do Ministério da Educação e Cultura, foram elaboradas quase dez cartilhas, das quais tivemos oportunidade de analisar as produzidas nos Estados de: Piauí, Sergipe, Ceará, Pernambuco, Maranhão e Alagoas.

<sup>4</sup> Presente na mesa redonda citada no item 2. A interpretação de suas palavras corre por conta do autor.

<sup>5</sup> SCHMIDT, Isaura — *Notas sobre a questão das Cartilhas Regionais*. Rio de Janeiro, 1982 (mimeo).

Estado inteiro nega o princípio da regionalização na sua essência, que é o do aproveitamento da bagagem de experiências do aprendiz (e, implicitamente, o princípio de que o particular conhecido deve ser o ponto de partida mas não o ponto de chegada)" (op.cit.pp 2-3).

Resta considerar, ainda, a outra ordem de considerações a respeito da motivação dos professores, participação das comunidades, do pessoal técnico das Secretarias de Educação e Cultura e as questões de custos e favorecimento da indústria gráfica local.

Não resta dúvida de que o livro didático é um artifício, um apoio, um instrumento do processo educacional e, por sua natureza, muito mais complexo do que a enxada para o trabalho do lavrador ou o bisturi de que se vale um médico. Não é apenas uma questão do "orgulho" de desenvolver o próprio material, mas da inserção da substância e da postura que o instrumento contém, e que de algum modo deveria estar mais sob o controle do professor e das comunidades.

Na prática, a consecução desse objetivo é cada vez mais problemática, embora não impossível de ser realizada. Na verdade, iniciativas desenvolvidas na linha de Freinet, por exemplo, ou mesmo atividades espontâneas de muitos professores ou escolas ligados ou não a determinadas correntes pedagógicas conseguem operar sem livros, ou com utilização didática de livros comuns, ou com a confecção de materiais próprios, construídos pelos alunos e professores. Se isso se aplica ou não em particular às cartilhas é duvidoso.

A questão, no entanto, é que essas alternativas, que se provam possíveis — embora pouco prováveis de se exercitar em massa — não se coadunam com as práticas necessárias para a implementação de um projeto como foi o das cartilhas. Em primeiro lugar, a pesquisa e o envolvimento local é necessariamente limitado, por questões de tempo e recursos: nem todas as escolas, nem todas as comunidades, nem todas as crianças e pais participam. Em seguida, uma vez elaborada — ainda que com grande grau de participação —, a cartilha se torna tão estrangeira quanto uma outra, exceto no que ela teria de "sabor local", e excluídas as pessoas que de uma forma ou outra dela participaram e nela identificam suas contribuições.

A cor local é difícil de enxergar, pelo menos nos produtos examinados: com raríssimas exceções (tapioca, por exemplo) as palavras utilizadas nas cartilhas servem para a maioria das zonas rurais, bem como os cenários e ilustrações utilizados. A única característica distintiva das regiões é a capa, onde figuram o nome das autoridades políticas, sobretudo do Governador do Estado e do Secretário da Educação!

Quanto aos custos, não é este um problema maior: embora não sejam disponíveis os dados para um estudo de custos deste empreendimento, não são jamais proibitivos os custos de iniciativas locais cujos resultados vão se multiplicar por ordens de grandeza superior a centenas de milhares. Em outras palavras: seriam facilmente absorvidos pelas economias de escala a montagem de dez ou mais equipes bem qualificadas de profissionais para fazerem cartilhas realmente diferenciadas. Quanto ao produto obtido no caso das cartilhas regionais, é de se questionar se os produtos obtidos, com sua qualidade, suas tira-

gens e seus efeitos justificam uma pulverização de recursos sem se acompanhar de outros benefícios<sup>6</sup>.

No que se refere à editoração local, somente se utilizam — quando não foi o caso de impressão em gráficas públicas — as gráficas locais, sem maior envolvimento de outros componentes editoriais geralmente envolvidos nesses processos. É difícil decidir, a esta altura, se as economias de escala de produções centralizadas (ainda que com impressões descentralizadas, o que não é inviável) representariam melhor utilização de recursos públicos. A análise desse empreendimento, portanto, nos leva à verificação de que esse não parece ser um caminho saudável para o encaminhamento da questão da diversificação.

A saída não está no livro nacional, único; nem no livro atualmente editado pelo setor privado; nem no livro confeccionado nos Estados. Haverá solução?

As soluções não são simples, e o nosso conhecimento do assunto não nos autoriza a vôos de longo alcance. Examinaremos, no entanto, algumas questões pertinentes que a avaliação anterior suscita, e que podem contribuir para o melhor entendimento do assunto.

No que se refere a cartilhas, em particular, há tentativas interessantes que merecem ser aprofundadas, melhor avaliadas e debatidas. Uma delas é a proposição dos grupos que trabalham com as metodologias baseadas em Freinet, e que aparentemente — embora não conheçamos estudos empíricos disponíveis — estão tendo sucesso em regiões do país, particularmente em Santa Catarina, no Município de Lajes.

Outra proposta que merece ser analisada é a do projeto Alfa, desenvolvido inicialmente por profissionais ligados à Fundação Carlos Chagas, e posteriormente comercializada pela Editora Abril. Embora seja provável que ele não responda a todas as indagações e questões, o projeto Alfa parece levar em conta muitas delas: dirige-se ao professor, inclusive através da pesquisa que levou à sua elaboração; formula materiais e sugestões para o treinamento do professor; procura superar a visão mecanicista do ensino e, além de oferecer instrumental a respeito de como fazer, proporciona ao professor razões pelas quais ele pode escolher tomar ou evitar um determinado caminho; em termos de diversificação, sugere atividades, materiais e outros instrumentos que incorporam a realidade local, no que tem de universal e no que tem de peculiar.<sup>7</sup>

Finalmente, a discussão da regionalização da cartilha sugere a problemática ligada à regionalização de outros "livros didáticos". Aí os problemas são diferentes, e as questões variam segundo as disciplinas e os níveis de estudo. Há disciplinas como estudos do meio local e História do Estado, por exemplo, que sugerem literatura

<sup>6</sup> Em documento apresentado ao Secretário de Educação e Cultura, a Câmara Brasileira do Livro critica severamente os produtos obtidos através desse projeto, tanto em termos de "qualidade pedagógica" quanto em termos de ameaça de estatização. (Câmara Brasileira do Livro, *O Livro Didático no Brasil*. São Paulo, 1981, mimeo).

<sup>7</sup> A revista *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas, publicou diversos artigos, entre 1980 e 1982, a respeito do projeto Alfa. Mais informações podem ser obtidas com a profª Ana Maria Poppovic, ligada a essa instituição.

diversificada, e que raramente supera o âmbito de uma determinada unidade federativa. No outro extremo, é difícil justificar a regionalização de livros de matemática, geometria ou história da literatura. Na faixa intermediária, a discussão fértil talvez se localize menos da proposição de livros regionais, do que as formas de adequação de livros a diversidades locais, e de formas de entendi-

mento e crítica de livros a partir de perspectivas regionais.

Em última análise, a discussão deixará de ser uma discussão centrada na questão regional, para voltar a se debater a própria razão de ser do livro didático, sua proposta pedagógica, sua concepção do aluno e da situação de ensino, sua postura face ao processo de aprendizagem.

---

## O LIVRO DIDÁTICO: REFLEXÕES SOBRE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E UTILIZAÇÃO\*

*Teresa Roserley Neubauer da Silva*

Do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas.

Nos últimos tempos, fomos vítimas de um critério homogeneizador que invadiu compulsivamente o país e tomou conta do cenário educacional — o da regionalização. Este, entretanto, não pode ser um critério aprioristicamente estabelecido para determinar excelência e adequabilidade de qualquer material didático. Ao contrário, pode até mostrar-se frágil, quando os meios de comunicação de massa estão invadindo tanto as nossas vidas. Fomos sempre um país afeito a modismos e, neste momento, propomos a passagem da centralização sufocante para a regionalização exagerada, sem nenhuma ou com muito pouca capacidade de crítica. Isso assusta muito, pois nossas instituições públicas (principalmente no que diz respeito ao ensino de 1º grau) possuem marcas profundas de incompetência (veja-se as altas taxas de reprovação) e funcionamento tipicamente cartorial. Na maior parte dos estados do país, mesmo quando existe estatuto do magistério, diretor é cargo de confiança e grande parte do professorado é recontratado ano a ano, sem qualquer segurança quanto a vencimentos e direitos adquiridos.

Nas regiões mais pobres, a excessiva regionalização e descentralização, que foram atributos deste país no começo do século pode ser uma forma de fortalecer feudos de poder local, tornando ainda maior o fosso que separa as regiões mais e menos desenvolvidas do país. É preciso tomar cuidado para que não sejamos vítimas ingênuas e deslumbradas de um grande engodo nacional. Afinal, estaríamos mais uma vez reproduzindo nossa própria história de engodos, muitas vezes financiados por

organismos internacionais como a USAID e o Banco Mundial. Descentralização ou regionalização não são palavras mágicas que reparam todos os males, quando são, como têm sido, propostas de cima para baixo, como quer por decreto. Dessa forma, acabam por trazer consigo os mesmos vícios que caracterizam a centralização.

O que isto tem a ver com a produção e utilização do livro didático?

Quero chamar a atenção para esse problema porque a busca de critérios regionalizados no campo educacional pode estar sendo um bode expiatório que nos está desviando do problema principal: o de como colocar a educação — e os diferentes recursos educacionais — a serviço dos grandes contingentes de crianças que todos os anos afluem aos bancos escolares de norte a sul do país e que possuem características em grande parte comuns.

A produção do livro didático está amarrada, em nosso país, aos conteúdos mínimos estabelecidos nas propostas oficiais de ensino — tenham elas o nome de programas ou de currículos.

A preocupação que caracterizou e ainda caracteriza a maior parte do material produzido é a de cumprir os programas e não infringir o pensamento oficial que avalia

---

\* Palestra proferida no XII Encontro Nacional do Livro Didático, realizado pela COEPE e pela FENAME, Brasília, dezembro de 1982.